

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 30 de Setembro.

III TRIMESTRE DE 2021



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

www.financas.gov.st

Outubro de 2021

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 30 de Setembro de 2021



*Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade*

Apoios Técnicos:

Direcção do Orçamento;

Direcção do Tesouro;

Direcção dos Impostos;

Direcção das Alfandegas.

Acesso: www.financas.gov.st

Índice Geral

Índice Geral.....	ii
Índice de Tabelas	iii
Índice de Gráficos	iii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	iv
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL	6
I.1. Execução das Receitas Totais	6
I.1.1. Receitas Efectivas.....	7
I.1.2. Receitas Correntes	8
I.1.2.1. Receitas Fiscais.....	9
I.1.2.2. Receitas não Fiscais.....	16
I.1.3. Donativos	18
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS	19
I.2.1. Despesas Efectivas	20
I.2.2. Despesas Primárias	20
I.2.3. Despesas Correntes de Funcionamento	21
I.2.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	24
I.2.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	26
I.2.6. Principais Saldos Orçamentais	29
I.2.7. Financiamento do Défice Global	30
PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	33
II.1. Análise da Execução Orçamental	33
II.1.1. Por Classificação Orgânica.....	33
II.1.2. Por Classificação Funcional	35
II.1.3. Por Localização Geográfica	37
II.1.4. Por Fonte de Recursos	40
II.1.5. Por Tipologia de Despesas	42
II.2. Alterações Orçamentais.....	44
II.2.1. Por Classificação Orgânica.....	45
II.2.2. Por Classificação Funcional	48
II.2.3. Por Localização Geográfica	51
II.2.4. Por Fonte de Recursos	53
II.2.5. Por Tipologia de Despesas	54

Índice de Tabelas

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Junho no âmbito do programa de combate a COVID_19	5
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas.....	7
Tabela 3: Detalhe do IRS	10
Tabela 4: Detalhe do IRC.....	11
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património	11
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo	13
Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo	14
Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo	15
Tabela 9: Detalhe das Taxas	15
Tabela 10: Despesas Totais Executadas	20
Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Junho de 2021	28
Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Junho de 2021	29
Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global.....	31
Tabela 14 Execução por Classificação Orgânica	33
Tabela 15: Execução por Classificação Funcional.....	36
Tabela 16: Execução por Localização Geográfica.....	38
Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos.....	41
Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas.....	43
Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica	46
Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional.....	50
Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica	52
Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos.....	53
Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas.....	55

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas.....	6
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas.....	8
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas	9
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais	16
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais.....	19
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento	21
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	24

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

Apresentação

Elabora-se o presente relatório de execução orçamental de receitas, despesas e financiamento, referente ao terceiro trimestre de 2021, ou seja, o período compreendido de Janeiro a Setembro de 2021, na observância da norma legal estabelecida através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 18.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2021). Neste contexto, procedeu-se a análise dos valores executados das receitas e despesas, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com o executado no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que, na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga, face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas correntes de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia de despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 17.º da Lei 5/2021, de 11 de Fevereiro, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

Para o efeito de análise, a execução orçamental do terceiro trimestre do ano 2021, tomou-se como base o cumprimento da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2021), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

Em abordagem as informações de execução orçamental de Janeiro a Setembro de 2021, constata-se que o défice primário até Setembro do corrente ano, situou-se em 2,8% do PIB, abaixo da meta projectada para o ano (3,9% do PIB). Entretanto, se se mantiver neste ritmo de execução orçamental, será bem provável que até o final do ano consiga-se atingir a Meta definida pelos parceiros de Bretton Woods.

O resultado alcançado deve-se sobretudo ao esforço efectuado na contenção das despesas primárias internas, uma vez que as receitas fiscais tiveram um nível de arrecadação muito aquém da expectativa, o qual, até o final do período em análise atingiu-se 68,7% do programado para o ano, representando desta forma um acréscimo de 3,3% em relação ao período homólogo do ano precedente.

Entretanto, o défice em causa foi financiado pela componente interna e externa. Pela componente interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 67.925 milhares de dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelo remanescente do apoio orçamental do BM (Banco Mundial) que teve entrada nos finais de Dezembro de 2020, no montante de 204.863 milhares de dobras, pelo desembolsos do FMI, cuja entradas foram nos meses de Março e Agosto (no âmbito do programa de iniciativa de crédito alargado) e do Direito Especial de Saque “DES” no mês de Setembro, perfazendo desta forma o valor total de 326.543 milhares de dobras.

Para as receitas efectivas verifica-se um grau de realização de 41,1%, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 69,7% e 11,1% respectivamente do estimado para o ano. As receitas não fiscais tiveram um nível de realização de 75,1%, com um acréscimo de 21,6% do arrecadado no período homólogo de 2020, correspondendo a 2,1% do PIB programado para o ano. Salienta-se, pois, que este aumento deve-se a excelente performance da sua componente Receita Patrimonial, concretamente Rendimentos de participações e, outras receitas não fiscais que registaram-se níveis de execução de 224,7% e 124,5%, respectivamente, dos valores programados para o ano.

É também notável o bom desempenho das receitas de serviços que atingiu um nível de arrecadação de 72,0% do programado para o ano e um acréscimo de 33,9% registado face ao igual período do ano transacto.

Relacionado com os donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 11,1% do previsto para o ano e um notável decréscimo de 74,6% em relação ao período homólogo de 2020, que pode ser justificado pela não entrada de recursos provenientes do apoio orçamental.

Pelo apresentado acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as despesas primárias, de modo que se conseguisse manter dentro da Meta do défice primário acordado com o FMI. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 67,4% do inicialmente aprovado. Relativamente ao período homólogo do ano transacto, estas despesas conheceram um acréscimo de 0,5%.

Atendendo o aumento de casos positivos da COVID-19 tanto ao nível nacional como internacional nos finais de Dezembro de 2020 e, na sequência da análise pormenorizada da evolução do quadro epidemiológico, nos termos da Lei 4/2016-Lei de Base da Proteção Civil e Bombeiros, o Governo decidiu prorrogar o Estado de Calamidade no País, que implicou o agravamento de medidas preventivas que permaneceram até 30 de Abril do ano em curso.

Seguidamente foi decretado o Estado de Alerta que continuou até o mês de Julho do corrente ano, na Ilha de S.Tomé. Para a Ilha do Príncipe, onde a situação pandémica é pouco mais agravante decretou-se dois Estados de Emergência, num período compreendido de quatro semanas no início do ano, seguidamente do Estado de Calamidade que manteve-se até finais de Maio, estando actualmente em Estado de Alerta.

Neste sentido, na mitigação desta situação, continuou-se a realizar despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate e prevenção a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Recorda-se que este programa teve o seu suporte através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, que declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março de 2020. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, da qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia da COVID-19; durante o período de contingência.

Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis nºs. 07 e 08/2020, ambos de 07 de Maio de 2020. O Decreto-Lei nº. 7/2020, define as medidas restritivas no âmbito da prevenção e combate a COVID-19 e, o Decreto-Lei nº.8/2020 cria o Fundo de Resiliência, cujo objectivo exclusivo é financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da COVID-19.

Referindo-se ainda a pandemia da COVID-19, o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades com a realização de diversas despesas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos, desinfetantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a COVID-19. Visando assegurar as condições sanitárias da população, o país beneficiou de 24 mil doses de vacina contra COVID-19, através do consórcio COVAX, e parceria entre CEPI, GAVI, UNICEF e OMS. Esta doação corresponde a um primeiro lote de 96 mil dozes vacinas da ASTRAZENECA, para serem administradas no país durante todo o ano de 2021.

Durante o período compreendido de Janeiro a Julho de 2021, de acordo ao último relatório de COVID-19 apresentado pela Direcção do Tesouro até o mês de Julho do ano em curso, as despesas no âmbito do programa de prevenção e combate a COVID-19, foram financiadas pelos distintos saldos de donativos transitados do ano 2020, no qual estas despesas totalizaram 29.626 milhares de Dobras, sendo que, deste total, cerca de 11.036 milhares de Dobras foram financiadas com recursos próprios do Tesouro, através da CUT. É importante salientar que estas despesas foram efectuadas por distintos organismos do Estado e, de forma resumida é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Julho no âmbito do programa de combate a COVID_19

(Valores em milhares de Dobras)

Ministérios/Instituições	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL	Estrut. (%)
Saúde	5 218	569	3 008	468	371	0	354	9 989	34%
Defesa e Ordem Interna	892	406	1 657	825	54	116	40	3 989	13%
Gabinete do Primeiro Ministro	0	0	661	436	78	0	849	2 023	7%
Planeamento e Economia Azul	0	140	188	300	160	144	160	1 091	4%
Trabalho, Solid. Família e Form. Profissional	0	0	10 190	351	0	0	0	10 541	36%
Negócios Estrangeiros	0	0	0	0	0	0	970	970	3%
Organismos Autónomos	0	0	323	350	350	0	0	1 023	3%
Total	6 111	1 115	16 026	2 729	1 012	260	2 373	29 626	100%

Fonte: Direcção do Tesouro - MPFEA

Entretanto, as informações mais detalhadas sobre as despesas efectuadas no âmbito do Programa de prevenção e combate a COVID-19, podem ser consultadas nos Relatórios da COVID-19, produzidos pela Direcção do Tesouro e que se encontram publicados no site do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Tal como aconteceram nos exercícios económicos de 2019 e 2020, continuam sendo incorporados no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE.

Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e não passam pela CUT no Banco Central. Apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na utilização do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e em contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas.

Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Setembro do corrente ano ascenderam o valor de 109.397 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizaram o valor de 135.522 milhares de Dobras.

Do mesmo modo, para as despesas realizou-se no período compreendido de Janeiro a Setembro do ano em análise, o valor de 102.494 milhares de Dobras e, adicionando as despesas consignadas já existentes, totalizaram o valor de 140.685 milhares de Dobras.

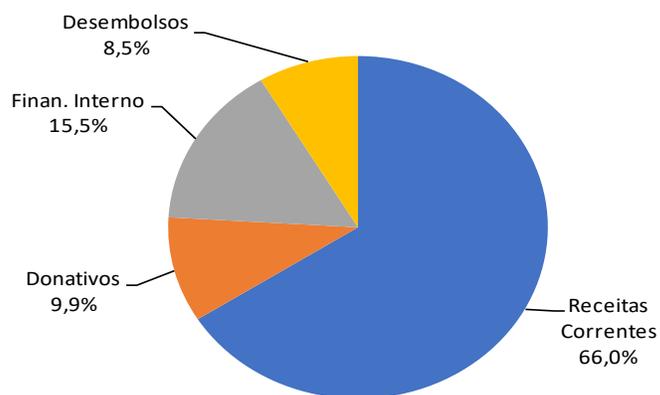
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento), como externo (que correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do terceiro trimestre do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 1.806.634,0 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 49,4% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga negativa de 24,1%, face ao executado no igual período do ano 2020 (2.379.545 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O moderado incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada de Donativos, mais concretamente dos donativos para o apoio orçamental. Do mesmo modo, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro aumento no nível de execução, motivado pelo bom desempenho das receitas fiscais e não fiscais, que se situaram em 3,3 % e 21,6%, respectivamente acima do realizado no mesmo período do ano 2020.

I.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo soma das Receitas Correntes e dos Donativos. Até o final do terceiro trimestre de 2021, esta ascendeu a uma arrecadação de 1.371.808 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 41,1% do programado, e um decréscimo de 25,1%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2020. O decréscimo deveu-se a fraca entrada de Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que até o final do terceiro trimestre de 2021, não se obteve qualquer entrada.

Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set 2020	OGE 2021	Jan - Set 2021	% Exec.	% V.H.
Receitas efetivas	2 072 963	2 742 939	1 830 655	3 335 311	1 371 808	41,1	-25,1
Receitas correntes	1 468 304	1 319 870	1 123 627	1 710 358	1 192 191	69,7	6,1
Receitas corr. excl. petróleo	1 398 498	1 314 771	1 038 857	1 708 420	1 129 475	66,1	8,7
Receitas fiscais	1 160 191	1 152 404	954 290	1 436 154	986 202	68,7	3,3
Impostos directos	427 112	363 765	311 577	440 696	311 896	70,8	0,1
Impostos indirectos	732 893	788 240	639 285	995 084	672 912	67,6	5,3
Imposto s/ Importação d/q	471 526	534 430	396 653	611 450	420 202	68,7	5,9
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	643	2 318	62 001	108 295	56 393	52,1	-9,0
Imposto sobre Consumo	150 843	172 956	161 547	243 079	167 411	68,9	3,6
Imposto sobre valor acrescentado (I	0	0	0	21 791	0	0,0	...
Imposto de Selo	62 515	47 607	44 540	62 264	48 090	77,2	8,0
Taxas	48 009	33 247	36 546	52 233	36 321	69,5	-0,6
Contribuição ao Fundo de Desempri	0	0	3 199	4 266	270	6,3	-91,6
Outras receitas fiscais	185	399	229	375	1 123	299,4	390,0
Receitas não fiscais	308 114	167 466	169 337	274 204	205 989	75,1	21,6
Receitas patrimonial d/q	111 067	61 357	64 625	73 304	54 716	74,6	-15,3
Rendimento de petróleo	69 807	2 781	22 769	1 938	6 322	326,2	-72,2
Receitas de serviços	188 192	103 375	101 246	188 248	135 522	72,0	33,9
Outras receitas não fiscais	8 855	2 734	3 465	12 652	15 751	124,5	354,5
Donativos	604 659	1 423 069	707 028	1 624 953	179 618	11,1	-74,6
para financiamento do OGE	186 033	408 314	498 475	367 500	0	0,0	-100,0
para Projectos	332 711	951 500	167 180	1 170 946	152 814	13,1	-8,6
HIPC	85 915	63 255	41 373	86 507	26 803	31,0	-35,2

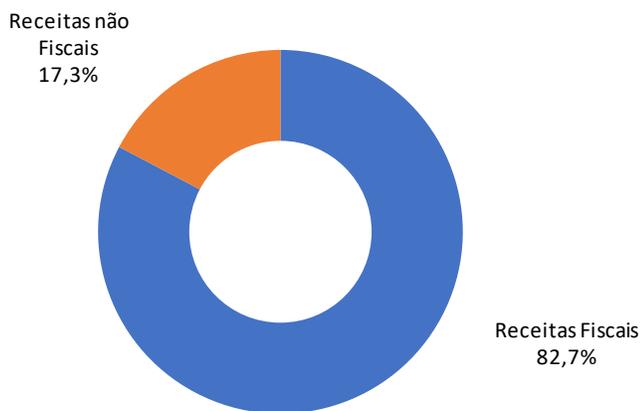
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.2. Receitas Correntes

Fazem parte desta categoria, as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 69,7%, ascendendo aos 1.192.191 milhares de Dobras, superior ao arrecadado no igual período do ano precedente em 6,1%. O baixo nível de arrecadação desta categoria de receitas até o período em análise, deveu-se, sobretudo ao fraco desempenho do IRS, do imposto sobre a importação e do Imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas, tendo este último atingido um nível de execução de 68,4% e uma variação homóloga positiva de 6,6%.

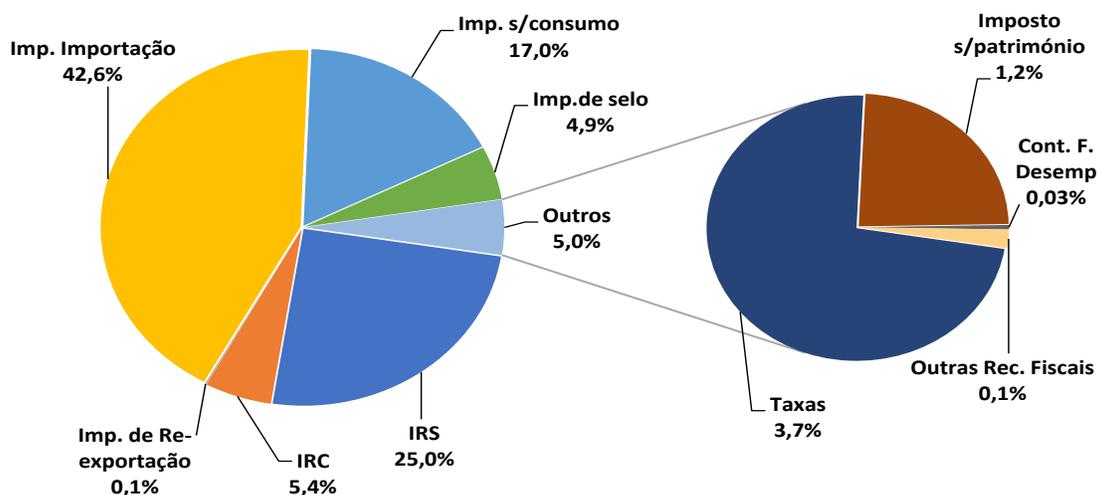
Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita representa cerca de 12,4% do PIB estimado para o ano em análise. Salienta-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes¹ ascendem a 1.129.475 milhares de Dobras, ficando a 66,1% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a um acréscimo de 8,7% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

¹ Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

I.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 82,7%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do terceiro trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 986.202 milhares de Dobras, cerca de 68,7% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um acréscimo de 3,3%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2020, e, cerca de 10,3% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, “Imposto sobre Consumo”, que registou uma execução de 68,9%, face ao programado para o ano. Este agregado teve uma variação positiva de 3,6% em relação ao igual período do ano precedente.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 31,6% das receitas fiscais, tendo registado até final do terceiro trimestre um grau de execução de 70,8% do previsto, ascendendo aos 311.896 milhares de Dobras, e que corresponde a um decréscimo de 0,1% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução e a variação homóloga, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Tabela 3: Detalhe do IRS
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	OGE 2021	Jan-Set 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	300 506	251 154	358 125	246 279	68,8	-1,9	100,0
do Trabalho por Conta de Outrem	252 706	210 221	307 308	208 574	67,9	-0,8	84,7
do Trabalho por Conta Própria	32 616	28 847	36 028	28 734	79,8	-0,4	11,7
de Capitais Individuais	15 184	12 087	14 789	8 972	60,7	-25,8	3,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receita que representa uma das maiores componente do agregado das receitas fiscais 25,0% (cf. Gráfico 3), e o maior agregado dos impostos directos, apresenta até final do terceiro trimestre uma arrecadação de 246.279 milhares de Dobras, o que corresponde a 68,8% do inicialmente previsto e, um decréscimo de 1,9% face ao arrecadado em igual período de 2020. O imposto sobre o rendimento do trabalho por contra própria e o imposto de rendimento de capitais individuais, são componentes deste imposto com variação homóloga negativa, em comparação aos valores executados no igual período de 2020, que pode ser justificado pelo decréscimo verificado nas actividades económicas individuais, causada pela crise pandémica da Covid 19.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Tabela 4: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	OGE 2021	Jan-Set 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	53 261	50 127	69 248	53 715	77,6	7,2	100,0
Indústria Petrolífera	0	-	-	-	0,0
Imposto Industrial	50 231	47 441	65 755	45 462	69,1	-4,2	84,6
de Capitais de Pessoas Jurídicas	3 031	2 687	3 493	8 253	236,2	207,2	15,4
do Transporte do Petróleo	0	-	-	0	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 53.715 milhares de Dobras, correspondendo a 77,6% do estimado para o ano e um acréscimo de 7,2%, face ao arrecadado no período homólogo de 2020, representando 5,4% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3).

- Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados no território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	OGE 2021	Jan-Set 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	9 997	10 295	13 323	11 902	89,3	15,6	100,0
Predial Urbano	1 964	1 943	2 005	2 247	112,1	15,7	18,9
Sucessões e Doações	1 294	1 465	1 890	2 851	150,9	94,7	24,0
Transações Imob. a Título Oneroso	2 829	2 904	5 378	2 213	41,1	-23,8	18,6
Veículos Automóveis	3 910	3 983	4 050	4 590	113,3	15,2	38,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Setembro de 2021, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 89,3% do programado, ascendendo aos 11.902 milhares de Dobras, mais 15,6% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,2% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto Predial Urbano**, que conheceu uma execução de 112,1%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, ligeira queda com a crise sanitária provocada pela Covid 19. Por último, importa referir que quanto aos impostos: o **Imposto sobre Sucessões e Doações**, **Imposto sobre Veículos Automóveis** e o **Imposto sobre as Transacções Imob. a Título Oneroso**, atingiram um nível de execução correspondente a 150,9%, 113,3% e 41,1%, respectivamente do programado.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (68,2%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 672.912 milhares de Dobras, o que representa 67,6% do programado e um acréscimo de 5,3%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O nível de execução alcançado assim como a diminuição verificada comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja reduzido ou nulo. Entretanto, no período compreendido de Janeiro a Setembro do ano de 2021, arrecadou-se nesta rubrica de receitas 888 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento de taxas e emolumentos de exportação de Azeite de Palma efectuada pela Empresa Agripalma ao exterior.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 42,6%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do terceiro trimestre de 2021, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 420.202 milhares de Dobras, corresponde a 68,7% do programado, e um acréscimo de 5,9% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	OGE 2021	Jan-Set 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	534 430	396 653	611 450	421 090	68,9	6,2	100,0
Imposto s/Exportação (Reexportação)	-	-	-	888	0,2
Imposto sobre Importação	534 430	396 653	611 450	420 202	68,7	5,9	99,8
Taxa	285 099	160 300	241 661	187 872	77,7	17,2	44,6
Sobre- Taxa	247 013	174 351	263 494	175 936	66,8	0,9	41,8
Sobre-taxa Especial derivado de prod.	2 318	62 001	106 295	56 393	53,1	-9,0	13,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 77,7% do programado, ascendendo aos 187.872 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 17,2%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 66,8% do programado, ascendendo a 175.936 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a um acréscimo de 0,9% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 17,0% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 68,9% do programado, ascendendo aos 167.411 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 3,6%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível do **Imposto sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 72,9%, ascendendo aos 76.090 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a um acréscimo de 3,0% do que foi arrecadado no igual período de 2020. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte imposto sobre o consumo de Serviços de Telecomunicações e o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares, que sofreram uma variação negativa de Janeiro à Setembro, face ao mesmo período de 2020. Sendo a CST, o principal contribuinte deste imposto, este, teve uma diminuição no consumo de serviços de terceiros durante o período em análise. O Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares também sofreu grande queda de Janeiro a Setembro, face ao igual período do ano anterior, devido ao impacto negativo que os sectores de actividades turísticas tiveram e vêm tendo com a pandemia da Covid 19.

- ii. O **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** no valor que ascendeu a 63.441 milhares de Dobras, atingiu 68,4% do programado. Apesar do acréscimo de 6,6% registado face ao período homólogo de 2020, o seu moderado desempenho face ao programado, deveu-se a diminuição das importações que por conseguinte, levou a fraca cobrança deste imposto;
- iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local**, até final de Setembro do corrente ano registou uma taxa de arrecadação de 56,4% relativamente ao programado e um decréscimo de 5,1% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado o valor de 24.417 milhares de Dobras.

Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	OGE 2021	Jan-Set 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Consumo	172 956	161 547	243 079	167 411	68,9	3,6	100,0
de Álcool Industrial	0	0	0	0	0,0
de Derivados do Petróleo	0	676	0	44	...	-93,4	0,0
de Gases Liquefeitos	0	240	0	0	...	-100,0	0,0
de Bebidas Alcoólicas	61 083	59 516	92 762	63 441	68,4	6,6	37,9
de Serviços de Telecomunicações	39 322	30 268	47 443	26 221	55,3	-13,4	15,7
de Serviços Hoteleiros e Similares	8 232	9 047	7 736	5 740	74,2	-36,6	3,4
de Serviços de Água e Energia	10 082	7 113	12 169	7 535	61,9	5,9	4,5
de Serviços Bancários e de Seguros	10 420	7 786	11 139	8 310	74,6	6,7	5,0
de Serviços Diversos	14 200	18 749	25 930	28 240	108,9	50,6	16,9
de Produção Local	27 325	25 724	43 278	24 417	56,4	-5,1	14,6
de produtos diversos	2 292	2 428	2 623	3 463	132,0	42,7	2,1

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Se a dinâmica das transacções de bens e serviços arrefece, a arrecadação deste imposto diminui. Conforme apresentado na Tabela 8, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 48.090 milhares de Dobras (representa 4,9% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 77,2% do programado e um acréscimo de 8,0% do realizado no período homólogo de 2020. O nível de arrecadação observado está relacionado com desempenho das suas componentes Selo de Cheque, Selo de Assistência e o Selo de Conhecimento e Cobrança que representam, respectivamente, 156,0%, 83,4% e 82,2% do grupo de imposto de selo.

Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET	Jan-Set	OGE	Jan-Set	%	%	%
	2020	2020	2021	2021	Exec.	V.H.	Estrut.
Imposto de Selo	47 607	44 540	62 264	48 090	77,2	8,0	100,0
Selo de Verba	28 253	26 015	37 585	27 559	73,3	5,9	57,3
Selo de Conhecimento e Cobrança	3 984	3 404	4 437	3 649	82,2	7,2	7,6
Selo de Cheque	7	12	12	19	156,0	62,6	0,0
Selo de Assistência	15 363	15 110	20 230	16 863	83,4	11,6	35,1

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 69,5% do programado, ascendendo aos 36.321 milhares de Dobras, o que reflectiu num decréscimo de 0,6% face ao arrecadado no igual período do ano 2020. O montante arrecadado representa cerca de 3,7% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

Tabela 9: Detalhe das Taxas

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET	Jan-Set	OGE	Jan-Set	%	%	%
	2020	2020	2021	2021	Exec.	V.H.	Estrut.
Taxas	33 247	35 768	52 233	36 321	69,5	1,5	100,0
das quais							
Custas e taxas	1 739	828	2 228	2 887	129,6	248,5	7,9
Emolumentos de Outros Minérios	0	0	4	71	1652,3	...	0,2
Emolumentos Gerais aduaneiros	4 509	2 560	3 645	3 862	106,0	50,9	10,6
Emolumento Geral de exportação	60	25	35	0	0,0	-100,0	0,0
Emolumento Pessoais	4 598	4 860	6 989	5 583	79,9	14,9	15,4
Subsídio de deslocação	6 994	9 524	13 407	10 801	80,6	13,4	29,7
Emolumento e Taxas Diversas	12 987	15 061	21 384	11 722	54,8	-22,2	32,3
Emolumento Especiais - 10%	2 359	2 910	4 541	1 394	30,7	-52,1	3,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Outras Receitas Fiscais

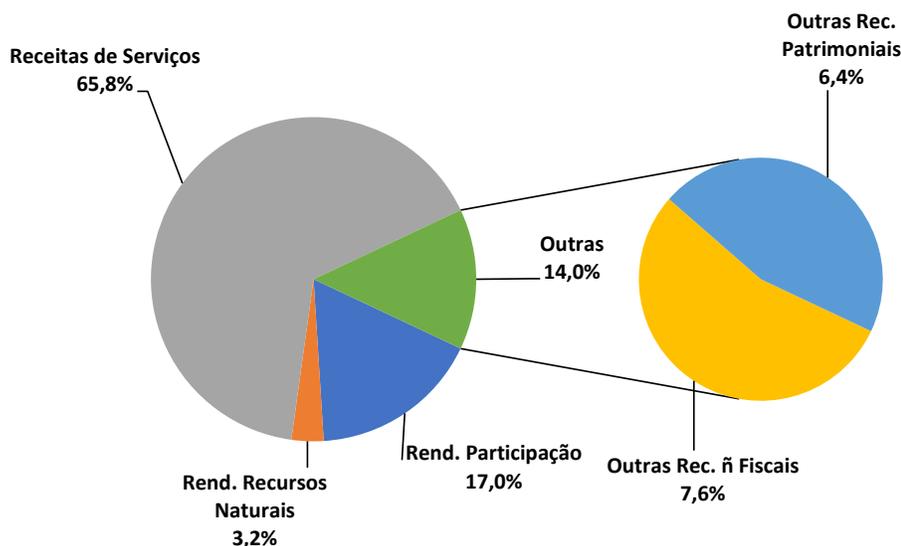
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do terceiro trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 299,4% do programado, atingindo os 1.123 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 390,0% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2020.

I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Setembro do ano em análise, uma taxa de realização de 75,1% do programado, ascendendo aos 205.989 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um acréscimo de 21,6% face ao igual período de 2020, representando desta forma, 17,3% das receitas correntes realizadas. A performance verificada deveu-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Participações, inclui (o rendimento das empresas estatais), Outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); bem como as Receitas de Serviços, tendo atingido 224,7% , 84,5% e 72,0%, respectivamente do programado para o ano.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 74,6% do estimado para o ano, ascendendo aos 54.716 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 15,3% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (64.625 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Participações”, que apresentou uma execução superior ao período homólogo de 2020, justificado como abaixo se discrimina:

– **Rendimento de Participações**

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 34.977 milhares de Dobras, representando 224,7% do programado para o ano e um acréscimo de 124,7% em relação ao igual período de 2020. Entretanto, salienta-se que do montante de 34.977 milhares de Dobras, contou com a participação da CST, do BISTP e da ENCO (relacionado com a comparticipação do Estado Santomense nos dividendos obtidos referente ao ano de 2020).

– **Rendimento de Recursos Naturais**

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas de Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 15,5% do programado, ascendendo aos 6.551 milhares de Dobras (representa 3,2% das receitas não fiscais, *cf.* Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 82,9%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2020. O decréscimo observado relativamente ao igual período de 2020 é justificado pela redução de recursos provenientes de bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e também a não entrada até o período em análise, das receitas provenientes de bonificação e prémios de pescas.

– **Outras Receitas Patrimoniais**

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do terceiro trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 13.188 milhares de Dobras, cerca de 84,5% do programado e um acréscimo de 22,9% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, de Janeiro a Setembro de 2020 arrecadou-se neste agregado de receitas, o montante de 135.522 milhares de Dobras. Estas receitas representam 65,8% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4, e, obteve o nível de execução de 72,0% do programado, representando desta forma a um acréscimo de 33,9% face ao arrecadado no período homólogo de 2020.

iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 124,5% do programado, atingindo os 15.751 milhares de Dobras, mais 354,5%, face ao registado no igual período de 2020, representando cerca de 7,6% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.3. Donativos

Relativamente aos recursos provenientes dos Donativos, estes são constituídos pelos donativos para financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC.

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, provocada sobretudo pela pandemia da COVID-19, constata-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo os Donativos.

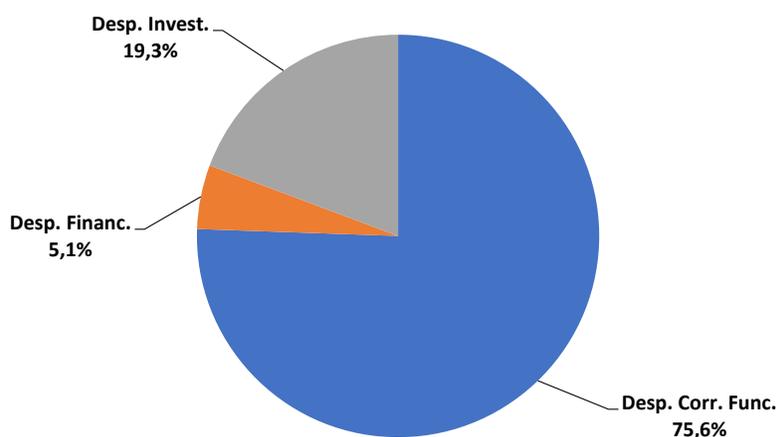
De acordo com dados observados através da Tabela 2, verifica-se que os recursos provenientes dos Donativos, até o período em análise ascenderam 179.618 milhares de Dobras, constituído apenas por donativos para projectos.

É de referir que o total dos donativos até final do período em análise, representa 11,1% do programado e um decréscimo de 74,6%, face ao arrecadado no igual período de 2020, correspondendo desta forma a cerca de 9,9% das receitas totais, (cf. Gráfico 1).

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Setembro de 2021, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 56,6% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 2.067.280 milhares de Dobras, e menos 7,5% do executado no igual período de 2020, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (75,6%, cf. Gráfico 5). O decréscimo verificado deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos externos, na vertente donativos e empréstimos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.2.1. Despesas Efectivas

As Despesas Efectivas que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 1.960.840 milhares de Dobras, cerca de 56,5% do inicialmente previsto e um decréscimo de 7,6% do executado no período homólogo de 2020. Constata-se que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos externos.

I.2.2. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos Públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 67,4%, tendo ascendido a 1.394.957 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 0,5% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 14,5% do PIB estimado para o ano.

Tabela 10: Despesas Totais Executadas

(em milhares de Dobras)

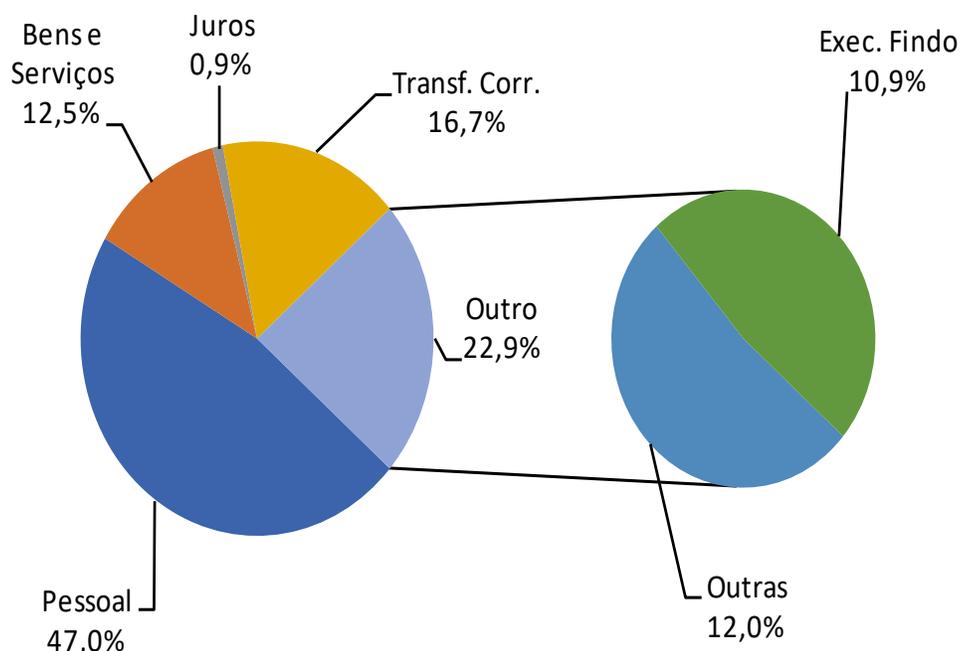
Despesas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set. 2020	OGE 2021	Jan - Set. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 322 493	3 184 507	2 234 649	3 655 123	2 067 280	56,6	-7,5	21,5
Despesas efectivas	2 206 149	3 079 654	2 121 637	3 472 029	1 960 840	56,5	-7,6	20,4
Despesas primárias	1 568 367	1 876 684	1 387 552	2 069 339	1 394 957	67,4	0,5	14,5
Despesas correntes	1 742 778	1 896 549	1 615 199	2 136 609	1 561 847	73,1	-3,3	16,2
Despesas com pessoal	847 549	980 529	704 030	1 146 474	734 384	64,1	4,3	7,6
Bens e serviços	235 013	321 427	220 925	268 007	194 759	72,7	-11,8	2,0
Juros da dívida	65 520	42 285	34 020	49 990	14 655	29,3	-56,9	0,2
Subsídios e tranf. correntes	268 153	326 356	266 418	388 125	260 361	67,1	-2,3	2,7
Outras despesas correntes	199 385	202 225	179 179	211 618	186 701	88,2	4,2	1,9
Exercício findo	127 157	23 726	210 627	72 395	170 988	236,2	-18,8	1,8
Investimento públicos	463 371	1 183 105	506 439	1 335 420	398 993	29,9	-21,2	4,1
Recursos internos	18 267	46 147	17 000	55 115	18 752	34,0	10,3	0,2
Recursos próprios	8 773	27 731	9 130	31 963	9 801	30,7	7,3	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	-100,0	0,0
HIPC	9 494	18 416	7 870	23 152	8 951	38,7	...	0,1
Recursos externos	445 104	1 136 958	489 439	1 280 305	380 241	29,7	-22,3	4,0
Donativos	348 710	951 500	394 855	1 170 946	340 203	29,1	-13,8	3,5
Empréstimos	96 394	185 458	94 583	109 359	40 038	36,6	-57,7	0,4
Despesas Financeiras	116 344	104 853	113 012	183 094	106 440	58,1	-5,8	1,1

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.2.3. Despesas Correntes de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 75,6% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

De acordo com a avaliação feita dos dados durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Setembro do ano 2021, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.561.847 milhares de Dobras, valor este correspondente a 73,1% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga negativa em termos nominais de 3,3% representando desta forma 16,2% do PIB estimado para o ano. Entretanto, o nível de execução atingido deve-se ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria de despesas, como abaixo se descremina:

– **Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)**

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 47,0% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, representando desta forma 74,5% das receitas fiscais realizadas e cerca de 7,6% do PIB programado para o presente ano económico, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 734.384 milhares de Dobras, representando 64,1% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais um acréscimo de 4,3%. O aumento verificado pode ser justificado pelo pagamento de salários aos novos professores dos Ensinos Básico e Secundário.

– **Despesas com Bens e Serviços**

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Central do Estado, representando cerca de 12,5% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações da Tabela 10, observa-se que no período compreendido de Janeiro a Setembro do corrente ano, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 72,7% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 194.759 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 11,8%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que a diminuição observada ao nível deste grupo de despesas foi impulsionada, por um lado, pela fraca arrecadação de receitas fiscais e, por outro lado, pela contenção das despesas discricionárias.

– **Juros da Dívida**

As despesas com juros da dívida pública tiveram uma realização de 14.655 milhares de Dobras, ficando nos 29,3% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 56,9% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 10), tendo uma participação de 0,9% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

– **Subsídios e Transferências Correntes**

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 16,7% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 10, observa-se que até o final do período em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 260.361 milhares de Dobras, o que corresponde a 67,1% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 2,3% do executado no igual período do ano 2020. Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce as transferências correntes para Serviços Autónomos, Região Autónoma do Príncipe (RAP), Institutos Públicos, Câmaras Distritais e por último as transferências para as Famílias, tendo registado no seu conjunto 97,2% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, a maior parte das subcomponentes acima citadas tiveram a variação homóloga positiva em relação ao igual período do ano transacto, excepto as transferências correntes para Serviços Autónomos (-8,2%) e as transferências correntes para famílias (-4,0%).

– **Outras Despesas Correntes**

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 10, mostram que até o final de Setembro de 2021, as mesmas tiveram uma execução de 186.701 milhares de Dobras, estando a 88,2% do inicialmente aprovado, representando 12,0% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 4,2%. O nível de execução atingido deve-se a performance da rubrica "Despesas Consignadas" que ficou a 140,0% da programação para o ano, seguidamente de "Outras (incluindo junta médica)" com 39,0% do inicialmente programado.

– **Despesas Correntes do Exercício Findo**

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. Até o final do trimestre em análise, registou-se uma execução que

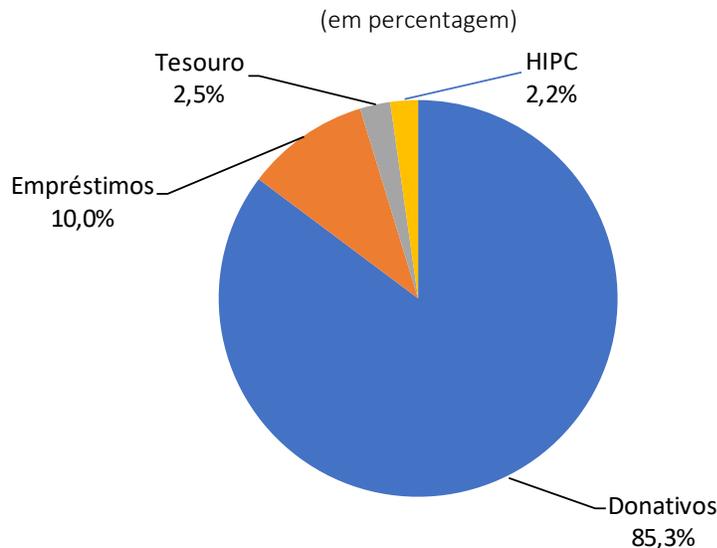
ascendeu a 170.988 milhares de Dobras, correspondente a 236,2% do previsto e um decréscimo de 18,8% do executado no igual período do ano antecedente. O decréscimo verificado nesta categoria de despesas relativamente ao período homólogo de 2020, deveu-se sobretudo ao reduzido pagamento dos atrasados de consumo de Água e Energia, Comunicações, bem como o diferencial de preço de combustível dos anos anteriores.

I.2.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 398.993 milhares de Dobras, (cerca de 19,3% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 29,9% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 21,2% em relação ao valor registado no igual período do ano 2020.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução bem como o decréscimo observado face ao igual período de 2020, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e dos recursos externos (Donativos e Créditos). No entanto, a fraca execução de donativos, pode ser justificado pelo facto de uma parte de informação de execução dos projectos financiados por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontra disponível para o efeito de consolidação.

– **Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos**

As despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 10, as mesmas foram programadas no montante de 55.115 milhares de Dobras para o corrente ano. Entretanto, até o final do período em análise registou-se uma execução de 18.752 milhares de Dobras correspondendo a 34,0% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 4,7% do PIP executado. O nível de execução ficou aquém do esperado para o período em análise e, é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 30,7% do programado, ascendendo a 9.801 milhares de Dobras (corresponde a 2,5% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 38,7% do programado, ascendendo a 8.951 milhares de Dobras (cerca de 2,7% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

– **Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos**

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro a Setembro de 2021, em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 380.241 milhares de Dobras, correspondendo a 29,7% do programado, o que representa cerca de 95,3% do total do PIP executado. Comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 22,3%. Vale ressaltar, que do montante total do PIP executado, 85,3% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 340.203 milhares de Dobras, equivalente a 29,1% do programado e um decréscimo de 13,8% do executado no mesmo período do ano transacto. Entretanto, os investimentos realizados com os recursos financiados com créditos tiveram uma execução de 40.038 milhares de Dobras, equivalente a 36,6% do programado e um decréscimo de 57,7% do executado no igual período do ano transacto.

I.2.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para o período em análise, observa-se através da Tabela 10, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 106.440 milhares de Dobras, cerca de 58,1% do programado e um decréscimo de 5,8% em termos nominais, face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,1% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Ao analisar a Tabela 11, verifica-se que se trata do Stock da Dívida Pública em S. Tomé e Príncipe, composta por dívidas do Governo Central (DGC) e por Passivos Contingentes (PC).

Entretanto, o Stock da dívida pública até o mês de Setembro em análise, situou-se em 613,0 milhões de Dólares Americanos, dos quais 431,7 milhões de USD correspondem a dívida do Governo Central e 181,3 milhões de USD a Passivos contingentes. O montante total observado até o período em análise, corresponde a 140,3% do PIB programado para o ano 2021, representando desta forma um acréscimo de 7,8%, equivalente a 44,3 milhões de USD, face ao valor registado até Dezembro de 2020.

Do montante do Stock da dívida apurado, 343,2 milhões de USD correspondem aos “Atrasados”, e 269,8 milhões de USD aos “Sem atrasados”. Observando ainda a Tabela 11, verifica-se que em termos de estrutura, 53,0% do estoque da dívida pública refere-se a dívida externa, 17,4% a dívida interna e 29,6% aos passivos contingentes.

A dívida externa, a mais proeminente no circuito da dívida pública, até o período em análise o seu Stock situou-se no valor de 324,8 milhões de USD, do qual 32,0% corresponde a dívida multilateral, equivalente a 103,8 milhões de USD e 68,0% corresponde a dívida bilateral, equivalente a 221,0 milhões de USD.

A dívida multilateral que representa a menor parte do stock da dívida externa, teve um acréscimo de 26,9 milhões de USD, em relação ao valor do Stock registado até Dezembro de 2020, devido aos novos desembolsos, sobretudo os de FMI, no âmbito do programa de iniciativa de Crédito alargado assinado com os parceiros de Bretton Woods.

A dívida bilateral com o maior peso na estrutura da dívida externa, até Setembro do corrente ano, o seu Stock manteve-se no valor de 221,0 milhões de USD, comparativamente ao valor registado até Dezembro de 2020, representando cerca de 51,2% do stock da dívida do Governo Central. Deste montante, 120 milhões de USD correspondem ao “Sem atrasados” e 101 milhões de USD correspondem ao “Atrasados”. Na composição estrutural desta dívida, pode-se realçar que os principais credores são: Angola com 40,1%, Portugal – 27,7%, Nigéria - 13,6%, Itália - 11,0%, China - 4,5%, Brasil – 1,9%, Guiné Equatorial - 0,8% e Bélgica com 0,4%.

Fazendo referência a dívida pública interna que inclui a dívida com Fornecedores e Emissões de Bilhetes de Tesouro (BT's), até o mês de Setembro do ano em análise, registou-se um acréscimo em relação ao valor registado até Dezembro do ano precedente, tendo o seu Stock saído de 105,1 milhões de USD para 106,9 milhões de USD, um acréscimo de 1,8%, que corresponde a 1,9 milhões de USD, devido alguns pagamentos efectuados. Do montante em Stock, 39,7 milhões de USD correspondem ao "Sem Atrasados" e 67,3 milhões de USD correspondem ao "Atrasados".

Os Passivos Contingentes, considerados uns dos componentes da dívida pública, são registados na tabela dos Stocks, resultantes das cartas confortos (artigo 58º da Lei-quadro da dívida pública) solicitadas ao Tesouro Público pelas Instituições Públicas com autonomia administrativa e financeira e pelas Empresas Públicas com participação do Estado, como facilidade de acesso ao crédito nos bancos comerciais. Essa situação vigorou sobretudo a partir de 2014 com maior peso nos períodos de 2015 a 2018 originando assim a rubrica "PASSIVOS CONTINGENTES", na actual carteira da dívida pública, no qual são também registados outras dívidas das Instituições. Até o período em análise, o seu Stock situou-se no valor de 181,3 milhões de USD, representando deste modo 29,6% do total de Stock da dívida pública do país.

Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Setembro de 2021
(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2018	2019	2020	S/ atrasados	Atrasados	Até SET. 2021	S/ atrasados	Atrasados	Estr. em (%)	Var. em (%)
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II+III	296,0	500,7	568,7	244,2	324,6	613,0	269,8	343,2	142,0%	7,8%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II	296,0	387,6	403,0	236,5	166,5	431,7	263,5	168,3	100,0%	-24,1%
L DÍVIDA EXTERNA (A+B)	264,0	269,9	297,9	196,9	101,0	324,8	223,8	101,0	75,2%	-42,9%
% do Total (DSP)	89,2%	53,9%	52,4%	80,7%	31,1%	53,0%	82,9%	29,4%		
% do Total (DGC)	89,2%	69,6%	73,9%	83,3%	60,7%	75,2%	84,9%	60,0%		
A. Multilateral	49,5	54,5	76,9	76,9	0,0	103,8	103,8	0,0	24,0%	-81,8%
% da Dívida Externa	18,8%	20,2%	25,8%	39,1%	0,0%	32,0%	46,4%	0,0%		
BAD/FAD	11,8	15,4	18,7	18,7	0,0	19,0	19,0	0,0	4,4%	-96,7%
IDA	11,8	11,6	11,5	11,5	0,0	11,4	11,4	0,0	2,6%	-98,0%
FIDA	5,4	5,0	5,2	5,2	0,0	5,0	5,0	0,0	1,2%	-99,1%
OPEP	1,7	1,4	3,5	3,5	0,0	3,5	3,5	0,0	0,8%	-99,4%
BEI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BADEA	12,0	11,8	12,4	12,4	0,0	13,3	13,3	0,0	3,1%	-97,7%
FMP*	6,9	9,0	25,5	25,5	0,0	51,4	51,4	0,0	11,9%	-91,0%
KUWAIT FUND¹	-	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0%	-100,0%
B. Bilateral	214,5	215,4	221,0	120,0	101,0	221,0	120,0	101,0	51,2%	-61,1%
% da Dívida Externa	81,3%	79,8%	74,2%	60,9%	100,0%	68,0%	53,6%	100,0%		
Clube de Paris	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ALEMANHIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BÉLGICA	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ESPAÑA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Não Clube de Paris	213,6	214,6	220,2	119,2	101,0	220,2	119,2	101,0	51,0%	-61,3%
PORTUGAL	57,2	55,9	61,2	61,2	0,0	61,2	61,2	0,0	14,2%	-89,2%
ANGOLA(atrasada)	30,6	36,0	36,0	0,0	36,0	36,0	0,0	36,0	8,3%	-93,7%
ANGOLA	10,9	10,7	11,0	8,0	3,0	11,0	8,0	3,0	2,5%	-98,1%
ANGOLA(nova dívida)	40,0	41,8	41,7	40,0	1,7	41,7	40,0	1,7	9,7%	-92,7%
ARGELIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CHINA POPULAR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
JUGUSLAVIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Div. Comercial	34,3	34,3	34,3	10,0	24,3	34,3	10,0	24,3	7,9%	-94,0%
ITALIA	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3	24,3	0,0	24,3	5,6%	-95,7%
CHINA	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0	2,3%	-98,2%
Div. Curto Prazo	40,7	35,9	36,0	0,0	36,0	36,0	0,0	36,0	8,3%	-93,7%
NIGERIA	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0	6,9%	-94,7%
BRASIL	4,3	4,3	4,3	0,0	4,3	4,3	0,0	4,3	1,0%	-99,2%
ANGOLA(atrasada)*	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
GUINÉ EQUATORIAL	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7	0,4%	-99,7%
II. DÍVIDA INTERNA (C+D)	32,0	117,7	105,1	39,6	65,5	106,9	39,7	67,3	24,8%	-81,2%
% do Total (DSP)	10,8%	23,5%	18,5%	16,2%	20,2%	17,4%	14,7%	19,6%		
% do Total (DGC)	10,8%	30,4%	26,1%	16,7%	39,3%	24,8%	15,1%	40,0%		
C. Dívida c/ Fornecedores + Atrasados Internos	12,5	88,3	78,9	13,4	65,5	67,3	0,0	67,3	15,6%	-88,2%
% da Dívida Interna	39,1%	75,0%	75,1%	33,8%	100,0%	62,9%	0,0%	100,0%		
Dívida com Fornecedores	12,5	13,1	13,4	13,4	0,0	13,1	0,0	13,1	3,0%	-97,7%
MSF	4,8	4,7	4,7	4,7	0,0	4,7	4,7	4,7	1,1%	-99,2%
HIROELECTRICA	2,4	2,3	2,3	2,3	0,0	2,3	2,3	2,3	0,5%	-99,6%
SYNERGIES	4,3	4,6	4,6	4,6	0,0	4,6	4,6	4,6	1,1%	-99,2%
OUTROS	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
ATRAS. INTERNOS	0,8	1,5	1,7	1,7	0,0	1,5	1,5	1,5	0,3%	-99,7%
Novos Atrasados Internos*	-	75,2	65,5	0,0	65,5	54,1	0,0	54,1	12,5%	-90,5%
ESTADO/EMAE	-	5,0	3,5	0,0	3,5	-0,6	0,0	-0,6	-0,1%	-100,1%
ESTADO/CST	-	6,6	6,1	0,0	6,1	5,6	0,0	5,6	1,3%	-99,0%
ESTADO/EMPRESAS	-	10,2	7,0	0,0	7,0	5,9	0,0	5,9	1,4%	-99,0%
OUTROS	-	11,8	10,8	0,0	10,8	10,7	0,0	10,7	2,5%	-98,1%
ENCARGOS SALARIAIS	-	6,1	4,6	0,0	4,6	5,7	0,0	5,7	1,3%	-99,0%
DIFERENCIAL de preço Combustível	-	34,1	31,8	0,0	31,8	26,3	0,0	26,3	6,1%	-95,4%
Edifício de S.Tribunal de Justiça	-	0,6	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Edifício do Tribunal de Contas	-	0,8	0,8	0,0	0,8	0,6	0,0	0,6	0,1%	-99,9%
D. Títulos de TESOURO	19,5	29,4	26,2	26,2	0,0	39,7	39,7	0,0	9,2%	-93,0%
% da Dívida Interna	60,9%	25,0%	24,9%	66,2%	0,0%	37,1%	100,0%	0,0%		
TESOURO - Bilhetes de Tesouro (BT's) de 1 ano	19,5	29,4	26,2	26,2	0,0	39,7	39,7	0,0	9,2%	-93,0%
Afrihand First Bank	0,3	0,0	0,2	0,2	0,0	4,2	4,2	0,0	1,0%	-99,3%
BIS TP	13,7	25,5	18,7	18,7	0,0	25,7	25,7	0,0	6,0%	-95,5%
BGFI	3,2	1,4	0,9	0,9	0,0	2,6	2,6	0,0	0,6%	-99,6%
Ecobank STP	2,3	1,6	5,7	5,7	0,0	5,9	5,9	0,0	1,4%	-99,0%
Encargos com a emissão dos BT's	-	0,9	0,7	0,7	0,0	1,4	1,4	0,0	0,3%	-99,8%
TESOURO - Obrigações (OT's)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações (Prazo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III. PASSIVOS CONTINGENTES (E+F)	0,0	113,1	165,7	7,7	158,0	181,3	6,3	174,9	42,0%	-68,1%
% do Total (DSP)	0,0%	22,6%	29,1%	3,1%	48,7%	29,6%	2,3%	51,0%		
E. Total das Estatais (SOE)	113,1	165,7	7,7	158,0	181,3	6,3	174,9	42,0%	-68,1%	
% dos Passivos Contingentes	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta conforto)	-	10,4	7,7	7,7	0,0	6,3	6,3	0,0	1,5%	-98,9%
% dos Passivos Contingentes	-	9,2%	4,6%	100,0%	0,0%	3,5%	100,0%	0,0%		
SMF - Carta de Conforto	-	3,1	1,6	1,6	0,0	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ENAPORT - Carta de Conforto	-	2,1	2,0	2,0	0,0	1,8	1,8	0,0	0,4%	-99,7%
EMAE - Carta de Conforto	-	3,1	2,1	2,1	0,0	1,8	1,8	0,0	0,4%	-99,7%
AGER - Carta de Conforto	-	2,2	2,0	2,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,4%	-99,7%
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	-	102,7	158,0	0,0	158,0	174,9	0,0	174,9	40,5%	-69,2%
% dos Passivos Contingentes	-	90,8%	95,4%	0,0%	100,0%	96,5%	0,0%	100,0%		
EMAE/ENCO	-	99,5	120,1	0,0	120,1	136,0	0,0	136,0	31,5%	-76,1%
EMAE/HIDROEQUADOR	-	3,2	3,2	0,0	3,2	3,2	0,0	3,2	0,7%	-99,4%
ESTADO/ENCO/SONANGOL a)	-	-	34,7	0,0	34,7	35,7	0,0	35,7	8,3%	-93,7%
F.Outras Empresas Garantidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%

Fonte: GDP/DT- MPFEA

I.2.6. Principais Saldos Orçamentais

I.2.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se através da diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Em conformidade com o apresentado na Tabela 12, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 369.656 milhares de Dobras, contra o deficit de 491.571 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2020, correspondendo desta forma a uma diferença de 121.915,0 milhares de Dobras. É de referir que apesar da continuidade do deficit registou-se uma ligeira melhoria, comparativamente ao período homólogo do ano transacto. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Setembro de 2021

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real	OGE - RET	Jan - Set.	OGE	Jan - Set.	%	%	%
	2019	2020	2020	2021	2021	Exec.	V.H.	PIB
Saldo Corrente	- 274 473	- 576 679	- 491 571	- 426 251	- 369 656	86,7	-24,8	-3,8
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	- 344 280	- 581 778	- 576 342	- 428 189	- 432 372	101,0	-25,0	-4,5
Saldo Primário Doméstico	- 169 869	- 561 914	- 348 695	- 379 719	- 265 481	69,9	-23,9	-2,8
Saldo Global	- 222 034	- 441 568	- 253 493	- 319 812	- 572 694	179,1	125,9	-6,0

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.2.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Setembro de 2021, registou um saldo primário base compromisso deficitário de 265.481 milhares de Dobras, contra 348.695 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2020 (cf. Tabela 12). Este nível de défice equivale a 2,8% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente acordado com os parceiros de Bretton Woods para o presente exercício económico de 2021 é de 3,9% do PIB.

I.2.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 12, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Setembro de 2021, um saldo global, base caixa negativo de 572.694 milhares de Dobras, contra os 253.493 milhares de Dobras, também negativo, registado no igual período de 2020.

I.2.7. Financiamento do Défice Global

I.2.7.1. Financiamento Interno

Até o final do mês de Setembro de 2021, apurou-se um saldo global, base caixa de -572.694 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 179,1% do valor programado para o ano, e uma variação homóloga positiva de 125,9%, do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do deficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e conseqüente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse o valor de 67.925 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE), 26.803 milhares de Dobras do fundo HIPC e também 212.314 milhares de Dobras (equivalente a dez milhões de dólares) do direito especial de saque (DES) financiado pelo FMI e, sob a gestão do BCSTP, como garantia de reservas internacionais para suportar as importações e manter o equilíbrio da balança de pagamentos.

É importante mencionar que durante o período em análise emitiu-se Bilhete de Tesouro (BT), como uma das fontes de financiamento interno, cobrindo os deficits de tesouraria, cujo objectivo foi a regularização dos BT'S emitidos em 2020 e que iam vencer durante o período em análise. Assim sendo, foram desembolsados 665.164 milhares de dobras e amortizados 290.000 milhares de Dobras, tendo obtido um saldo favorável de 375.164 milhares de Dobras que provavelmente serviu como uma das fontes de financiamento do défice global.

Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global

(em milhares de Dobras)

ITENS	Real	OGE - RET	Jan - Set.	OGE	Jan - Set.	%	%	%
	2019	2020	2020	2021	2021	Exec.	V.H.	PIB
FINANCIAMENTO	222 034	441 568	253 493	319 812	572 694	179,1	125,9	6,0
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	88 500	85 546	84 122	88 500	68 244	77,1	-18,9	0,7
<i>Receitas de Alienação</i>	2 507	1 500	76	2 507	319	12,7	320,5	0,0
<i>Transferências CNP</i>	85 993	84 046	84 046	85 993	67 925	79,0	-19,2	0,7
BCSTP (DIR.ESP.SAQUE-DES)	-	-	0	-	212 314	2,2
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	142 290	356 022	464 768	231 312	154 267	66,7	-66,8	1,6
<i>Desembolsos para Projectos</i>	142 290	356 022	464 768	231 312	154 267	66,7	-66,8	1,6
Mov. Contas do Tesouro	- 215 766	-	- 281 050	-	- 130 585	...	-53,5	-1,4
Rec. e Desp. de Serviços nos Bancos	- 18 693	-	-	-	- 6 903	-0,1
BCSTP Líquido	218 953	-	- 23 000	-	375 164	...	-1731,1	3,9
Contas de Regularização	-	-	-	-	-	0,0
NOA OFFSHORE	- 69 807	-	- 22 769	-	- 6 322	...	-72,2	-0,1
Discrepância Financeira (Saldo a tr	57 864	-	31 423	-	- 93 487	...	-397,5	-1,0

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEEA

I.2.7.2. Financiamento Externo

O financiamento externo é composto por Donativos e Créditos. No período compreendido de Janeiro a Setembro de 2021, como Financiamento Externo, contou-se com o Donativo da Agência Marroquina de Cooperação, o Donativo do Governo da República Popular da China e o Donativo do Governo Japonês nos valores de 17.236 milhares de Dobras, 104.413 milhares de Dobras e 31.165 milhares de Dobras, respectivamente, perfazendo deste modo 152.814 milhares de Dobras, representando desta forma 13,1% do programado para o ano e um decréscimo de 8,6% em relação ao igual período de 2020.

Do lado de Crédito, registou-se o total de 154.267 milhares de Dobras, sendo o montante de 15.485 milhares de Dobras desembolsado pelo BAD/FAD, para financiar projectos ligados a melhoria das infraestruturas Agrícolas do PRIASA II, Projecto de Estudo ao Plano Nacional de Ordenamento de Território STP e Projecto de Restauração de Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira (SPAUT), o montante de 24.553 milhares de Dobras desembolsados pelo BADEA, no quadro do Projecto de Abastecimento de Água Potável em Santana e Agua Izé, e o montante de 114.229 milhares de Dobras do FMI, no âmbito da iniciativa de crédito alargado. O valor total registado representa 66,7% do programado para o ano e um decréscimo de 66,8% em relação ao registado no período homólogo do ano precedente.

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os efeitos da execução orçamental das despesas por classificação orgânica até o terceiro trimestre de 2021, conforme apresentado na Tabela 14, reflectem um nível de execução alto do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 97,4% da dotação final, correspondente a 75.354 milhares de Dobras e o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), com 82,5% da dotação final, correspondente a 44.390 milhares de Dobras.

Tabela 14 Execução por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exc.	% Estr
A N	125 050	122 295	50 957	50 957	50 957	41,7	2,5
TC	32 018	42 198	14 027	14 027	14 027	33,2	0,7
TCO	15 015	15 015	6 313	5 563	5 563	37,0	0,3
TJ	38 778	38 778	22 978	22 530	22 530	58,1	1,1
PR	15 860	19 158	11 442	11 439	11 439	59,7	0,6
GPM	75 330	73 973	29 376	28 919	27 478	39,1	1,4
PGR	29 823	28 323	12 305	12 305	11 940	43,4	0,6
MDOI	303 008	302 271	211 885	211 885	203 998	70,1	10,2
MNEC	125 279	123 080	59 918	59 028	58 556	48,0	2,9
MJAPDH	76 797	77 347	75 374	75 354	74 045	97,4	3,6
MTSFFP	52 823	49 506	12 460	12 382	11 399	25,0	0,6
MPFEA	217 105	220 872	93 135	92 037	87 665	41,7	4,5
MTCCI	38 964	42 298	14 396	14 392	13 078	34,0	0,7
MEES	602 091	598 604	390 761	390 654	385 005	65,3	18,9
MOPIRNA	50 692	53 780	44 414	44 390	44 315	82,5	2,1
MAPRED	411 304	460 227	178 768	178 768	176 613	38,8	8,6
MS	410 644	404 232	252 157	252 147	245 376	62,4	12,2
MJDE	55 698	56 437	7 038	7 038	6 629	12,5	0,3
MAPDR	140 727	141 498	39 799	39 799	38 113	28,1	1,9
GRP	123 015	133 104	73 404	73 404	70 164	55,1	3,6
CDAG	24 123	24 123	12 800	12 800	12 800	53,1	0,6
CDCG	11 825	13 025	5 268	5 268	5 268	40,4	0,3
CDCAUE	10 875	10 875	4 235	4 235	4 235	38,9	0,2
CDLMB	12 433	12 433	5 719	5 719	5 719	46,0	0,3
CDLOBTA	21 720	22 135	10 849	10 849	10 849	49,0	0,5
MDMZ	18 911	18 911	7 062	7 062	7 062	37,3	0,3
EGE	615 215	649 938	424 358	424 330	388 765	65,3	20,5
Total Geral	3 655 123	3 754 436	2 071 196	2 067 280	1 993 587	55,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, para o baixo nível de execução apresentado, este deve-se por um lado, a contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público, e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só é verificada a sua chegada no final do ano.

Assim sendo, na estrutura das despesas totais (2.067.280 milhares de Dobras), verifica-se que 61,8% do executado encontra-se concentrado em quatro órgãos, nomeadamente:

- O EGE com 20,5%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 – Amortização da Dívida Pública” e “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”.
- O MEES (18,9%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5768 - Construção do Liceu” e “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”.
- No MS com 12,2%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário” e por último;

- MDOI com 10,2%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1049 - Inspeção Militar e Escola de Recrutas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas” e “5077 – Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”.

II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto da análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao terceiro trimestre de 2021, conforme apresentado na Tabela 15, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se alta ocorrência das execuções em funções como: Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 726.914 milhares de Dobras, o que corresponde a 60,4% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 388.763 milhares de Dobras, o que corresponde a 65,1% da sua dotação final, na área da Saúde, com o montante de execução de 247.922 milhares de Dobras, o que corresponde a 61,9% da sua dotação final, Defesa Nacional com nível de realização de 66,8% da dotação corrigida, ascendendo a 182.585 milhares de Dobras, para o Encargos Financeiros o montante ascendeu a 164.998 milhares de Dobras, correspondendo a 64,9% da dotação corrigida, Transportes e Comunicações, com um nível de realização de 29,8% da dotação corrigida, correspondendo a 75.572 milhares de Dobras, na Segurança e Assistência Social com o nível de execução de 36,6% da dotação corrigida, ascendendo a 59.095 milhares de Dobras, função Combustíveis e Energia com um nível de execução de 66,7% da dotação corrigida, equivalendo a 51.648 milhares de Dobras, Agricultura e Pesca que ascendeu a 36.596 milhares de Dobras, correspondendo a 26,5% da dotação corrigida, Habitação e Serviços Comunitários que ascendeu a 26.936 milhares de Dobras, correspondendo a 26,1% da dotação corrigida, para a Segurança Interna e Ordem Pública o valor ascendeu a 14.752 milhares de Dobras, correspondendo a 38,8% da dotação corrigida, e finalmente a função Trabalho com montante executado de 3.903 milhares de Dobras, o correspondente ao nível de realização de 273,3% da dotação corrigida.

Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número não muito considerável das funções apresentou um nível de execução baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Ambiente (3,2%), Cultura e Desporto (12,6%), e por último, Comércio e Serviços (19,5%). Também aproveita – se para realçar que na função Outros Serviços Económicos foi apresentado dotação da despesa, mas contudo não houve realização dessas mesmas despesas para o trimestre em causa.

Tabela 15: Execução por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exc.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 177 421	1 302 249	790 909	787 137	726 914	60,4	38,1
Defesa Nacional	273 154	273 341	182 585	182 585	182 585	66,8	8,8
Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	38 051	14 754	14 754	14 752	38,8	0,7
Educação	606 173	605 745	394 519	394 413	388 763	65,1	19,1
Saúde	417 627	411 278	254 681	254 671	247 922	61,9	12,3
Segurança e Assistência Social	160 766	161 538	59 125	59 097	59 095	36,6	2,9
Habituação e Serviços Comunitários	103 223	103 019	26 936	26 936	26 936	26,1	1,3
Cultura e Desporto	63 341	64 021	8 093	8 093	7 685	12,6	0,4
Combustíveis e Energia	64 318	77 433	51 648	51 648	51 648	66,7	2,5
Agricultura e Pesca	135 556	137 906	36 596	36 596	36 596	26,5	1,8
Transportes e Comunicações	243 458	256 006	76 232	76 232	75 572	29,8	3,7
Comércio e Serviços	25 284	29 617	5 788	5 788	5 788	19,5	0,3
Trabalho	1 428	1 428	3 903	3 903	3 903	273,3	0,2
Ambiente	13 213	13 213	429	429	429	3,2	0,0
Outros Serviços Económicos	25 500	25 500	-	-	-		
Encargos Financeiros	308 351	254 092	164 998	164 998	164 998	64,9	8,0
Total Geral	3 655 123	3 754 436	2 071 196	2 067 280	1 993 587	55,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Dando atenção a estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração das despesas nos Serviços Públicos Gerais (38,1%) devido sobretudo a execução das acções como "1001 – Despesas com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições", "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C", "2459 - Requalificação de troços de estradas", "5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ", "5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território", "6487 - Aquisição de um Gerador para o Centro de Saúde de Cantagalo", "6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021" e "6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República".

Na Educação (19,1%) foi principalmente pela execução das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutorado) ”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares” e “5768 - Construção do Liceu”. Na função Saúde (12,3%) pela execução, sobretudo das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”.

Na Defesa Nacional (8,8%) pela execução, principalmente das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade” e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, e por fim, os Encargos Financeiros (8,0%) pela execução das ações “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “6558 - Obra de Requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade”.

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Tabela 16), observa-se que, cinco (5) localizações apresentaram taxa de execução moderado como é o caso de Cantagalo com 74,1% da dotação corrigida, ascendendo a 42.080 milhares de Dobras; seguido da Nacional, cujo nível de execução ficou a 58,4% da dotação corrigida, ascendendo a 1.762.975 milhares de Dobras; depois Príncipe com montante executado de 73.224 milhares de Dobras, o que corresponde a 52,8% da sua dotação final; Lobata com 51,1% da dotação corrigida, ascendendo a 45.428 milhares de Dobras, e por último, a localização Lembá, em que o montante executado foi de 5.917 milhares de Dobras, o que representa 35,2% da sua dotação

final. As demais localizações apresentaram nível de execução mais baixo, tendo na linha a localização Mé - Zochi com uma taxa de execução de 24,7% da dotação corrigida, o correspondente ao montante de 18.120 milhares de Dobras, Água – Grande com montante de 31.185 milhares de Dobras, o equivalente a uma taxa de execução de 22,7% da dotação corrigida, em seguida a localização Caué em que o montante executado foi de 4.452 milhares de Dobras, o que representa 17,2% da sua dotação corrigida, e finalmente, São Tomé onde a execução foi de apenas 10.206 milhares de Dobras, o equivalente a 14,0% da sua dotação corrigida.

Tabela 16: Execução por Localização Geográfica
(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exc.	% Estr
Nacional	3 064 476	3 137 091	1 837 157	1 833 241	1 762 975	58,4	88,7
São Tomé	80 528	73 039	10 206	10 206	10 206	14,0	0,5
Príncipe	135 693	144 737	76 464	76 464	73 224	52,8	3,7
Água Grande	132 818	137 921	31 372	31 372	31 185	22,7	1,5
Me-Zochi	76 533	73 263	18 120	18 120	18 120	24,7	0,9
Cantagalo	52 525	56 752	42 080	42 080	42 080	74,1	2,0
Lembá	16 813	16 813	5 917	5 917	5 917	35,2	0,3
Lobata	69 849	88 933	45 428	45 428	45 428	51,1	2,2
Caué	25 887	25 887	4 452	4 452	4 452	17,2	0,2
Total Geral	3 655 123	3 754 436	2 071 196	2 067 280	1 993 587	55,1	100,0

Fonte: DCP-MPF EA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Tabela 16), constata-se que 98,1% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, Lobata, Cantagalo e Água – Grande.

Entretanto, a localização Nacional por si só representa 88,7% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1049 - Inspeção Militar e Escola de Recrutas”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2887 -

Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutorado) ”, “5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2799 – Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/Ribeira Peixe”, “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6632 - Mês da Cultura” e “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”.

Ao nível estrutural a localização Príncipe, representa 3,7% das despesas executadas, devido a execução das acções “2402 - Transferência corrente para RAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe” e “6805 – Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”. Relativamente a localização Lobata, a execução corresponde a 2,2% do total executado, onde a contribuição observada deveu fundamentalmente pela execução das acções “2410 - Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5768 – Construção do Liceu”, “6462 -

Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas”.

Quanto ao nível de Cantagalo a execução corresponde a 2,0% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores” e “6487 - Aquisição de um Gerador para o Centro de Saúde de Cantagalo”. E por último Água – Grande, a execução corresponde a 1,5% do total, onde a contribuição deveu-se principalmente pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”.

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que tange à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado na Tabela 17, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 70,8% da dotação corrigida, ascendendo aos 1.687.039 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um desempenho moderado para o período em análise, com uma realização de 68,5%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.537.441 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 140.647 milhares de Dobras (120,2% da dotação corrigida) e por último, a componente HIPC com uma execução de 8.951 milhares de Dobras, representando deste modo 38,7% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 27,7% da dotação corrigida, ascendendo aos 380.241 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 26,9% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 340.271 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso e na componente Empréstimo, durante o período em curso foi verificada realização no valor de 39.970 milhares de Dobras, tendo representado 38,6% da dotação corrigida.

Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exc.	% Estr
Financiamento Interno	2 374 818	2 383 969	1 690 628	1 687 039	1 613 533	70,8	81,6
Tesouro	2 243 548	2 243 773	1 541 030	1 537 441	1 463 935	68,5	74,4
Consignados	108 118	117 044	140 647	140 647	140 646	120,2	6,8
HIPC	23 152	23 152	8 951	8 951	8 951	38,7	0,4
Financiamento Externo	1 280 305	1 370 467	380 567	380 241	380 054	27,7	18,4
Donativo	1 170 946	1 266 828	340 598	340 271	340 084	26,9	16,5
Empréstimo	109 359	103 639	39 970	39 970	39 970	38,6	1,9
Total Geral	3 655 123	3 754 436	2 071 196	2 067 280	1 993 587	55,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Observando ainda a Tabela 17, verifica-se que 81,6% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 74,4% de contribuição, destacando-se a execução das acções “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1049 - Inspeção Militar e Escola de Recrutas”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “6354 - Melhoria das Instalações do MFCEA” e “6632 - Mês da Cultura”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 18,4% das despesas executadas com esses recursos, verifica-se que a componente Donativo abarcou grande parte das despesas a nível de estrutura com uma disposição de 16,5% das despesas executadas, com destaque para a execução das acções “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N’Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5768 - Construção do Liceu”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6558 - Obra de Requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade”, “6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República.

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no terceiro trimestre de 2021, conforme a Tabela 18, mostra que as tipologias de despesas Actividades e Consignadas (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma taxa de execução da dotação corrigida de cerca de 68,3% e 128,5% (o correspondente a 1.427.635 milhares de Dobras e 140.685 milhares de Dobras), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve uma boa execução para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de respectivamente 77,8%.

De mencionar, que a realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução muito mais modesta, atingindo 398.993 milhares de Dobras, o que representa 28,0% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e

Consumíveis de Saúde, com 47.309 milhares de Dobras, Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições, com 19.106 milhares de Dobras, Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado, com 15.240 milhares de Dobras, Apoio Institucional ao M.N.E.C.C., com 14.387 milhares de Dobras, Transferência para Agência Nacional do Petróleo, com 4.321 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário, com 13.355 milhares de Dobras, Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro, com 4.455 milhares de Dobras, Requalificação do Troço de Estrada EN1, com 5.264 milhares de Dobras, Construção de Jardim de Infância em Changra, com 1.000 milhares de Dobras, Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais, com 4.310 milhares de Dobras, GIME - Manutenção Corrente de Estradas, com 8.142 milhares de Dobras, Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas), com 3.476 milhares de Dobras, Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel, com 2.589 milhares de Dobras, Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP, com 14.808 milhares de Dobras, Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe, com 23.792 milhares de Dobras, Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha, com 10.633 milhares de Dobras.

Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exc.	% Estr
Actividades	2 036 116	2 090 790	1 431 224	1 427 635	1 354 129	68,3	69,1
Consignadas	100 493	109 469	140 685	140 685	140 685	128,5	6,8
Operações Especiais	183 094	128 420	99 966	99 966	99 966	77,8	4,8
Projectos	1 335 420	1 425 757	399 320	398 993	398 806	28,0	19,3
Total Geral	3 655 123	3 754 436	2 071 196	2 067 280	1 993 587	55,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (2.067.280 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 69,1% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 19,3% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

Na elaboração do presente tema foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2021), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas. Por conseguinte, a Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro, no seu artigo n.º 17 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2021. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 10.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observado ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2021, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 99.313 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 2,7%, é justificado, por um lado, pela Cativação de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por

outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Numa primeira linha a análise das alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado na Tabela 19, verifica – se que oito (8) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto Tribunal de Contas (TC), Presidência da República (PR), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), Governo Regional de Príncipe (GRP), Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), Encargos Gerais do Estado (EGE), Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), onde foi verificado aumento das suas dotações ao longo do semestre em causa. Entretanto, os órgãos que apresentaram diminuição foram, o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério de Saúde (MS), Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Assembleia Nacional (AN), Procuradoria -Geral da República (PGR) e Ministério de Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), que resultou em redução da respectiva dotação iniciais, em 0,2%, 0,6%, 1,6%, 1,8%, 1,8%, 2,2%, 5,0% e 6,3%, respectivamente. Também é de salientar que os restantes seis (6) órgãos não viram as suas dotações iniciais alteradas.

Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.	
AN	125 050	441	-	3 196	-	-2755	122 295	-2,2	3,3
TC	32 018	10 180	-	-	-	10180	42 198	31,8	1,1
TCO	15 015	-	-	-	-	0	15 015	0,0	0,4
TJ	38 778	-	-	-	-	0	38 778	0,0	1,0
PR	15 860	3 000	-	298	-	3298	19 158	20,8	0,5
GPM	75 330	225	-	1 582	-	-1357	73 973	-1,8	2,0
PGR	29 823	-	-	1 500	-	-1500	28 323	-5,0	0,8
MDOI	303 008	1 564	-	2 301	-	-737	302 271	-0,2	8,1
MNEC	125 279	754	-	2 952	-	-2198	123 080	-1,8	3,3
MJAPDH	76 797	1 320	-	770	-	550	77 347	0,7	2,1
MTSFFP	52 823	-	-	3 318	-	-3318	49 506	-6,3	1,3
MPFEA	217 105	7 808	-	4 041	-	3766	220 872	1,7	5,9
MTCCI	38 964	4 333	-	1 000	-	3333	42 298	8,6	1,1
MEES	602 091	5 004	-	8 491	-	-3487	598 604	-0,6	15,9
MAPRED	50 692	-	-	3 088	-	3088	53 780	6,1	1,4
MOPIRNA	411 304	70 651	-	1 007	20 720	48923	460 227	11,9	12,3
MS	410 644	-	-	6 411	-	-6411	404 232	-1,6	10,8
MJDE	55 698	700	-	40	-	740	56 437	1,3	1,5
MAPDR	140 727	2 349	-	1 578	-	771	141 498	0,5	3,8
GRP	123 015	10 089	-	-	-	10089	133 104	8,2	3,5
CDAG	24 123	-	-	-	-	0	24 123	0,0	0,6
CDCG	11 825	1 200	-	-	-	1200	13 025	10,1	0,3
CDCAUÉ	10 875	-	-	-	-	0	10 875	0,0	0,3
CDLMB	12 433	-	-	-	-	0	12 433	0,0	0,3
CDLOBTA	21 720	415	-	-	-	415	22 135	1,9	0,6
CDMZ	18 911	-	-	-	-	0	18 911	0,0	0,5
EGE	615 215	-	-	34 723	-	34723	649 938	5,6	17,3
Total Geral	3 655 123	120 033	-	20 720	99 313	3 754 436	2,7	100	

Fonte: DCP-MPFEA

Assim sendo, os órgãos como Tribunal de Contas (TC), o crescimento verificado (10.180 milhares de Dobras), foi devido ao acréscimo de verba no projecto “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”; Presidência da República (PR), o aumento aferido de 3.298 milhares de Dobras, foi exclusivamente ao aumento da dotação da actividade e do projecto “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República” e “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”; Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), teve um incremento da dotação de 48.923 milhares de Dobras, correspondente a adição da dotação e a inscrição das acções “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6054 -

Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), onde o aumento da dotação deveu ao incremento do projecto “2459 - Requalificação de troços de estradas”; Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), onde foi verificado aumento (3.333 milhares de Dobras) da sua dotação nas acções “1053 - Capacitação do Pessoal”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6624 - Expo Dubai 2021” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Governo Regional de Príncipe (GRP), verificou - se incremento da dotação de 10.089 milhares de Dobras, devido o acréscimo na dotação dos projectos “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), o aumento avaliado no montante de 3.088 milhares de Dobras, foi devido ao acréscimo da dotação do projecto “6783 - Realização de Eleição Presidencial 2021”; Encargos Gerais do Estado (EGE), com incremento da dotação de 34.723 milhares de Dobras, devido o aumento e a inscrição das actividades “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação” e “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”; Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), o aumento aferido de 415 milhares de Dobras, foi exclusivamente verificado na dotação do projecto “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”; Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), onde o aumento da dotação deveu a verba incorporada nas acções “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal” e “3376 -Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), verificou - se crescimento da dotação de 740 milhares de Dobras, pelo facto de haver adição na dotação das acções “1001 - Despesa com Pessoal” e “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”; Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), onde o aumento apurado de 550 milhares de Dobras, deveu ao registo e o aumento da dotação da actividade e projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “2524 - Exercícios Findos” e “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares” e por último, o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), que teve um incremento da dotação de 771 milhares de Dobras, correspondente a inscrição da acção “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

No que concerne a alteração Adicional que apresenta um montante de 120.033 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MOPIRNA com

cerca de 70.651 milhares de Dobras, referente a inscrição e aumento do projecto “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; em seguida o TC no montante de 10.180 milhares de Dobras, devido a inscrição do projecto “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”; depois a GRP com cerca de 10.089 milhares de Dobras, referente a dotação do projecto “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e por fim, MPFEA em cerca de 7.808 milhares de Dobras, referente a acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Para a alteração de Reforço, esta registou um valor nulo, apesar de ter sido registado reforço positivo, nos órgãos como EGE, MAPRED, PR e MJDE, respectivamente, nos montantes de 34.723 milhares de Dobras, 3.088 milhares de Dobras, 298 milhares de Dobras e 40 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforços negativos, em destaque o MJAPDH (770 milhares de Dobras), MTCCI (1.000 milhares de Dobras), MOPIRNA (1.007 milhares de Dobras), PGR (1.500 milhares de Dobras), MAPDR (1.578 milhares de Dobras) e GPM (1.582 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

A alteração orçamental no âmbito da classificação funcional, como apresentado na Tabela 20, realça a diminuição da dotação em quatro (4) funções como: Habitação e Serviços Comunitários (204 milhares de Dobras), Educação (428 milhares de Dobras), Saúde (6.349 milhares de Dobras) e Encargos Financeiros (54.259 milhares de Dobras), que correspondem respectivamente a menos 0,2%, 0,1%, 1,5% e 17,6% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 20,4%, que ascende a 77.433 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3872 - Projecto

de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; em seguida Comércio e Serviços que registou um aumento da sua dotação em 17,1%, que ascende a 29.617 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “6624 - Expo Dubai 2021” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; a função Serviços Públicos Gerais com um aumento da dotação de 10,6% que ascende a 1.302.249 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e projectos “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1061 - IILP”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2524 - Exercícios Findos”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”; depois a função Transportes e Comunicações com aumento da dotação de 5,2%, ascendendo a 256.006 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte “ e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; posteriormente a função Segurança Interna e Ordem Pública que registou um aumento da sua dotação em 4,8%, que ascende a 38.051 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares” e “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”; em continuação Agricultura e Pesca com aumento da dotação de 1,7%, ascendendo a 137.906 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; depois a função Cultura e Desporto com um aumento da dotação de 1,1% que ascende a 64.021 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1053 - Capacitação do Pessoal” e “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”; Segurança e Assistência Social teve um aumento da dotação de 0,5% que ascende a 161.538 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, e por

último, Defesa Nacional que registou um ligeiro aumento da sua dotação em 0,1%, que ascende a 273.341 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 177 421	54 668	70 160	-	124829	1 302 249	10,6	34,7
Defesa Nacional	273 154	311	124	-	187	273 341	0,1	7,3
Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	2 274	535	-	1739	38 051	4,8	1,0
Educação	606 173	8 004	8 432	-	-428	605 745	-0,1	16,1
Saúde	417 627	-	6 349	-	-6349	411 278	-1,5	11,0
Segurança e Assistência Social	160 766	5 799	27	5 000	772	161 538	0,5	4,3
Habituação e Serviços Comunitários	103 223	135	4 661	5 000	-204	103 019	-0,2	2,7
Cultura e Desporto	63 341	700	20	-	680	64 021	1,1	1,7
Combustíveis e Energia	64 318	18 497	339	5 720	13115	77 433	20,4	2,1
Agricultura e Pesca	135 556	2 349	-	-	2349	137 906	1,7	3,7
Transportes e Comunicações	243 458	22 548	5 000	5 000	12548	256 006	5,2	6,8
Comércio e Serviços	25 284	4 333	-	-	4333	29 617	17,1	0,8
Trabalho	1 428	-	-	-	0	1 428	0,0	0,0
Ambiente	13 213	-	-	-	0	13 213	0,0	0,4
Outros Serviços Económicos	25 500	-	-	-	0	25 500	0,0	0,7
Encargos Financeiros	308 351	415	54 674	-	-54259	254 092	-17,6	6,8
Total Geral	3 655 123	120 033	-	20 720	99 313	3 754 436	2,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional para esta classificação, estas foram expressivas em quatro (4) funções a mencionar: Serviços Públicos Gerais no valor de 54.668 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2418 - Transferência de Capital para Assembleia Nacional”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)” e “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”; Transportes e Comunicações no montante de 22.548 milhares de Dobras, evidenciado pelo aumento das actividades e projectos “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; Combustíveis e Energia (ascende a 18.497 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e

Arredores” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”, e por fim, na função Educação registou - se aumento na ordem de 8.004 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar” e “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

Em correspondência com a Tabela 21, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que no universo de nove (9) localizações, cinco (5) delas traduziram num aumento de dotação inicial durante o período em causa, nomeadamente a localização Lobata em 27,3%, o correspondente a mais 88.933 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5768 - Construção do Liceu”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; Cantagalo com 8,0%, que ascende a 56.752 milhares de Dobras, resultante fundamentalmente da inscrição dos projectos “2459 - Requalificação de troços de estradas” e “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”; depois a localização Príncipe com uma taxa de 6,7% (144.737 milhares de Dobras), devido o aumento de dotação que ocorreu nos projectos “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; Água - Grande com 3,8%, que ascende a 137.921 milhares de Dobras, consequência da inscrição dos projectos “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)” e “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”.

Por último, está a localização Nacional que registou um aumento de 2,4%, o correspondente a mais 3.137.091 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1061 - IILP”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3619 - Ajuda Alimentar

aos Militares e Paramilitares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 – Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica
(em milhares de Dobras)

Local	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	3 064 476	75 999	6 616	10 000	72615	3 137 091	2,4	83,6
São Tomé	80 528	-	2 489	5 000	-7489	73 039	-9,3	1,9
Príncipe	135 693	10 089	1 044	-	9044	144 737	6,7	3,9
Água Grande	132 818	20 922	15 819	-	5103	137 921	3,8	3,7
Mé-Zochi	76 533	-	3 270	-	-3270	73 263	-4,3	2,0
Cantagalo	52 525	12 608	2 661	5 720	4227	56 752	8,0	1,5
Lembá	16 813	-	-	-	0	16 813	0,0	0,4
Lobata	69 849	415	18 669	-	19084	88 933	27,3	2,4
Caué	25 887	-	-	-	0	25 887	0,0	0,7
Total Geral	3 655 123	120 033	0	20 720	99 313	3 754 436	2,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

Ademais, vale ressaltar que na tabela acima, nota – se que duas (2) localizações registaram diminuição, sendo elas a localização Mé - Zochi, em respectivamente 4,3%, devido unicamente a diminuição efectuada na dotação do projecto “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade” e “6541 - Conclusão de Centro de Saúde de Almas”, e por fim a localização S.Tomé com uma redução de 9,3% da dotação no projecto “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”. Como se nota nas informações expressa, as duas (2) restantes localizações não sofreram alteração da sua dotação para o período em análise.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

Nesta secção são analisados os dados das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através da Tabela 22, onde observa-se que as mesmas resultaram num incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 7,0%, face ao inicialmente aprovado, como resultado do incremento efectuado na componente Donativos em 8,2%. Quanto as despesas financiadas com recursos internos, estas de forma complementar também sofreu alteração da sua dotação, aumentando esse financiamento em 0,4%, como efeito do acréscimo verificado nos recursos consignados – locais com uma taxa de 8,3% da dotação.

Por outro lado, no que se refere a recursos externos, também foi verificado que na componente empréstimo houve uma redução da dotação de 5,2%, o correspondente ao montante de 103.639 milhares de Dobras.

Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	2 374 818	9 151			9151	2 383 969	0,4	63,5
Recursos Ordinários do Tesouro	2 243 548	225	-	-	225	2 243 773	0,0	59,8
Recursos Consignados - Locais	108 118	8 926	-	-	8926	117 044	8,3	3,1
HIPC	23 152	-	-	-	0	23 152	0,0	0,6
Financiamento Externo	1 280 305	110 882		20 720	90162	1 370 467	7,0	36,5
Financiamento externo - Doações	1 170 946	110 882	-	15 000	95882	1 266 828	8,2	33,7
Financiamento Externo - Empréstimo	109 359	-	-	5 720	-5720	103 639	-5,2	2,8
Total Geral	3 655 123	120 033	-	20 720	99 313	3 754 436	2,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento externo estão relacionadas, com o aumento verificado na componente Donativos, referente a dotação adicional e reforços realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos como é o caso de “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”,

“3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4956 – Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5768 - Construção do Liceu”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

Quanto a alteração ocorrida na fonte de Financiamento Interno, sobretudo na operação Adicional, da componente Recursos Consignados – Locais, o aumento da dotação de 8.926 milhares de Dobras foi verificado na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

Neste item, a Tabela 23 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas, onde observa-se que as mesmas ocorreram em todas as tipologias (Actividades, Operações Especiais, Projectos e nas Consignadas), resultando no aumento da dotação inicial das Actividades, dos Projectos e das Consignadas em 2,7%, 6,8% e 8,9%, ou seja, cerca de 54.674 milhares de Dobras, 90.337 milhares de Dobras e 8.976 milhares de Dobras, e por outro lado, as Operações Especiais que tiveram uma diminuição da dotação de 29,9% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a menos 54.674 milhares de Dobras.

Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas
(em milhares de Dobras)

Tipo	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	2 036 116	-	54 674	-	54674	2 090 790	2,7	55,7
Operações Especiais	183 094	-	54 674	-	-54674	128 420	-29,9	3,4
Projectos	1 335 420	111 057	-	20 720	90337	1 425 757	6,8	38,0
Consignadas	100 493	8 976	-	-	8976	109 469	8,9	2,9
Total Geral	3 655 123	120 033	-	20 720	99 313	3 754 436	2,7	100

Fonte: DCP-MFCEA

De forma complementar, os aumentos da dotação destas tipologias apresentadas acima estão relacionados ao aumento do valor da dotação das seguintes actividades e projectos:

- No item Actividades, temos o aumento nas seguintes acções “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1061 - IILP”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação” e “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”;
- Para os Projectos, os aumentos da dotação foram ocasionados pelos projectos “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4956 – Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5768 - Construção do Liceu”,

“5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”, e por fim;

- As Consignadas, onde o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Relativamente a alteração no contexto Cativeiração, foi registado ocorrência na tipologia de despesa projectos, o que resultou na retenção de uma parte de verba orçamentada em alguns projectos no valor de 20.720 milhares de Dobras, valor este que pode ou não ser reutilizado.